

**BMW Financeira S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento**

**Demonstrações contábeis do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2017 e 2016**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS COMBINADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas da
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado combinado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 30 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada combinada do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis Consolidadas Combinadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas combinadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas

combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeira individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas combinadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 1.364.270 mil (R\$ 1.444.627 mil em 30 de junho de 2016).

Operações de Crédito

A BMW Financeira S/A - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 1.342.203 mil ao final do semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.413.441 mil em 30 de junho de 2016).

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 75.788 mil em 30 de junho de 2017 (R\$ 55.300 mil em 30 de junho de 2016).

Operações de Arrendamento Mercantil

A BMW Leasing do Brasil S/A - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 1.008 mil ao final do semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.488 mil em 30 de junho de 2016).

As Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 296 mil em 30 de junho de 2017 (R\$ 394 mil em 30 de junho de 2016).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido total atingiu, ao final de 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 307.187 mil (R\$ 293.479 mil em 30 de junho 2016).

O conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o semestre de 30 de junho de 2017 com lucro de R\$ 9.515 mil ante um prejuízo de R\$ 3.744 mil em 30 de junho de 2016.

O aumento do resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2017 decorre, basicamente, da diminuição das despesas de intermediação financeira.

Remuneração dos Acionistas

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. - CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. - AM está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido, conforme alteração no Estatuto Social ocorrida através da realização da Assembleia Geral Ordinária, em 25 de abril de 2017.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

A Administração

BMW FINANCEIRA S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	928.316	988.078	CIRCULANTE	834.568	771.332
Disponibilidades	338	15.954	Depósitos	459.618	348.315
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.995	-	Depósitos interfinanceiros	419.094	330.844
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.995	-	Depósitos a prazo	40.524	17.471
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.484	11.756	Obrigações por empréstimos	337.083	328.307
Instrumentos financeiros derivativos	5.484	11.756	Empréstimos no exterior	337.083	328.307
Operações de crédito	881.139	924.163	Instrumentos financeiros derivativos	14.561	51.259
Financiamentos - setor privado	944.638	968.092	Instrumentos financeiros derivativos	14.561	51.259
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.499)	(43.929)	Outras obrigações	23.306	43.451
Operações de arrendamento mercantil	(168)	(217)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.974	1.669
Arrendamentos a receber - Setor privado	588	845	Sociais e estatutárias	37	-
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(583)	(838)	Provisão para imposto de renda diferido	513	2.237
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(173)	(224)	Credores por antecipação de valor residual	3.436	4.132
Outros créditos	35.232	35.674	Fiscais e previdenciárias	3.296	4.911
Diversos	35.232	35.674	Diversas	14.050	30.502
Outros valores e bens	296	748			
Despesas antecipadas	296	748			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	425.784	443.694	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	211.492	362.015
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	552	892	Depósitos	-	225.425
Instrumentos financeiros derivativos	552	892	Depósitos interfinanceiros	-	225.425
Operações de crédito	385.276	433.978	Obrigações por empréstimos	198.655	112.368
Financiamentos - setor privado	397.565	445.349	Empréstimos no exterior	198.655	112.368
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.289)	(11.371)	Instrumentos financeiros derivativos	6.494	20.698
Operações de arrendamento mercantil	(120)	(165)	Instrumentos financeiros derivativos	6.494	20.698
Arrendamentos a receber - Setor privado	420	643	Outras obrigações	6.343	3.524
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(417)	(638)	Provisão para imposto de renda diferido	525	-
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(123)	(170)	Credores por antecipação de valor residual	2.457	3.145
Outros créditos	40.056	8.843	Diversas	3.361	379
Diversos	40.056	8.843			
Outros valores e bens	20	146	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	11.024	17.801
Despesas antecipadas	20	146	Resultados de exercícios futuros	11.024	17.801
PERMANENTE	10.171	12.855	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	307.187	293.479
Imobilizado de uso	1.025	998	Capital social	204.296	204.296
Outras imobilizações de uso	1.997	1.722	De domiciliados no Exterior	204.296	204.296
Depreciações acumuladas	(972)	(724)	Reserva de lucros	56.905	46.427
Imobilizado de arrendamento	9.121	11.821	Reservas de lucros	49.407	52.184
Bens arrendados	9.021	11.528	Lucros ou Prejuízos acumulados	7.498	(5.757)
(-) Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação	100	293	Participação de não controladores	45.986	42.756
Intangível	25	36	Participação de não controladores	45.986	42.756
Ativos intangíveis e amotizações acumuladas	25	36			
TOTAL DO ATIVO	1.364.271	1.444.627	TOTAL DO PASSIVO	1.364.271	1.444.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2017	2016
	1o Semestre	1o Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	159.395	22.546
Operações de crédito	134.269	135.839
Operações de Arrendamento Mercantil	1.669	2.183
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.864	929
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.593	(116.405)
DES P E S A S D A I N T E R M E D I A Ç Ã O F I N A N C E I R A	(107.699)	13.315
Operações de captação no mercado	(38.816)	(39.607)
Operações de empréstimos e repasses	(51.622)	72.644
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.298)	(1.655)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(15.963)	(18.067)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.696	35.861
OUTRAS RECEITAS/DES P E S A S O P E R A C I O N A I S	(33.358)	(40.907)
Receitas de prestação de serviços	-	138
Rendas de tarifas bancárias	2.669	3.231
Despesas de pessoal	(11.325)	(8.947)
Outras despesas administrativas	(10.021)	(11.820)
Despesas tributárias	(4.277)	(6.337)
Outras receitas operacionais	2.875	1.135
Outras despesas operacionais	(13.279)	(18.307)
RESULTADO OPERACIONAL	18.338	(5.046)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	18.338	(5.046)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.823)	1.302
Provisão para imposto de renda	(9.830)	(6.840)
Provisão para contribuição social	(7.913)	(4.847)
Ativo fiscal diferido	8.920	12.989
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE	9.515	(3.744)
Resultado atribuído para o controlador:	9.413	(3.736)
Resultado atribuído para o não controlador	102	(8)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE POR AÇÃO - EM R\$	0,0640	(0,0252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	204.296	-	3.794	48.184	-	40.744	297.018
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(3.744)	-	(3.744)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	206	-	-	206
Participação de não controladores	-	-	-	-	(2.013)	2.012	(1)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	204.296	-	3.794	48.390	(5.757)	42.756	293.479
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	206	(5.757)	2.012	(3.539)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	204.296	-	3.794	45.219	-	44.363	297.672
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.515	-	9.515
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	476	-	(476)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	(82)	-	(1.541)	1.623	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	204.296	-	4.188	45.219	7.498	45.986	307.187
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	394	-	7.498	1.623	9.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	1º Semestre	1º Semestre
	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício	9.515	(3.744)
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido	60.258	(60.980)
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.963	18.067
Impostos diferidos	(8.920)	(12.989)
Depreciações e amortizações	1.479	1.819
Obrigações por empréstimos no exterior	51.622	(74.470)
Superveniência de depreciação	461	5.696
Provisão para contingências	(347)	897
Variações Patrimoniais	(80.106)	61.108
(Aumento) Redução em imobilizado de arrendamento mercantil	(715)	(413)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.773)	125.536
(Aumento) Redução em operações de créditos	177.856	154.832
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(37)	(2)
(Aumento) Redução em outros créditos	(8.937)	14.492
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(125)	272
Aumento (Redução) em depósitos	(307.302)	(93.760)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	87.511	(44.158)
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(21.217)	64.617
Aumento (Redução) em outras obrigações	(1.735)	(151.553)
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	(2.632)	(8.755)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(10.333)	(3.616)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado de uso	(134)	(5)
Intangível	-	-
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(134)	(5)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	(10.467)	(3.621)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	16.801	19.575
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	6.333	15.954
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.467)	(3.621)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMETRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
DE 2017 E 2016**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”.

“Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é controlada pela BMW Acquisitions Ltda., que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

A BMW Acquisitions Ltda. tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

As operações das empresas são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos à estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

O SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários “SC Sky FIDC” é uma Sociedade de Propósito Específico “SPE” foi criado em 01 de agosto de 2014 e é administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A participação da BMW Financeira neste fundo foi encerrada em abril de 2016.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.
- SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários (até abril de 2016).

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de agosto de 2017.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa

categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e

- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito/arrendamento mercantil com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

h) Imobilizado de uso e intangível

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual BMW Serviços Financeiros espera utilizar o ativo.

i) Imobilizado de arrendamento

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação.

A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável.

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador.

O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento.

j) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 06 de outubro de 2015, a MP se converteu em Lei através da publicação da Lei 13.169.

Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários” foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 20% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

O passivo diferido foi constituído à alíquota de 25%, para imposto de renda, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente.

n) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN no. 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades – Caixa	338	11.954
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.995	-
Total	<u>6.333</u>	<u>15.954</u>

a. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	2.864	929
TOTAL	<u>2.864</u>	<u>929</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Tratava-se de cotas de fundo de investimento registradas pelo valor de aquisição, atualizadas diariamente pelo valor justo, pelos respectivos valores das cotas divulgados pelos seus respectivos administradores. Esta operação foi finalizada em abril de 2016.

6 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador:

<u>2017</u>					
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	518.008	549.083	535.738	(13.345)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	518.008	545.853	550.757	(4.904)
Diferencial a receber/ (a pagar)					(18.249)

<u>2016</u>					
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	467.681	457.750	440.675	(17.075)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	467.681	501.707	499.985	1.722
Diferencial a receber/ (a pagar)					(15.353)

Vencimentos - Valor Mercado - 2017

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	337.083	198.655	-	535.738
Swap (ponta passiva)	PRÉ	346.160	204.597	-	550.757

Vencimentos - Valor Mercado - 2016

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	280.313	160.362	-	440.675
Swap (ponta passiva)	PRÉ	318.600	181.385	-	499.985

b. Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN no 3.082/02.

2017

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	518.008	549.083	535.738	13.345
Captação	EUR	518.008	(549.083)	(535.738)	(13.345)
					100%

2016

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	467.681	457.750	440.675	17.075
Captação	EUR	467.681	(457.750)	(440.675)	(17.075)
					100%

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2017	2016
Rendas com operações de SWAP	56.143	29.885
Despesas com operações de SWAP	(35.550)	(146.290)
	20.593	(116.405)

d. Composição do diferencial a receber/(pagar):

	2017		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	518.008	549.083	535.738
Euro	518.008	549.083	535.738
Posição passiva	518.008	545.853	550.757
Pré-fixado	518.008	545.853	550.757
Diferencial líquido	-	3.230	(15.019)

	2016		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	467.681	457.750	440.675
Euro	467.681	457.750	440.675
Posição passiva	467.681	501.707	499.985
DI	-	-	-
Pré-fixado	467.681	501.707	499.985
Diferencial líquido	-	(43.957)	(59.310)

7 Operações de crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

Nível de risco	2017					% Provisão	Provisão
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total		
AA	1.051	5.521	11.825	211.505	229.902	0,00%	-
A	13.140	76.034	41.543	282.407	413.124	0,50%	2.066
B	6.232	32.795	33.453	164.333	236.813	1,00%	2.368
C	5.768	94.222	21.528	28.023	149.541	3,00%	4.486
D	4.730	152.491	23.411	16.810	197.442	10,00%	19.744
E	73	82.332	5.384	6.492	94.281	30,00%	28.284
F	-	209	934	2.205	3.348	50,00%	1.674
G	-	100	355	1.499	1.954	70,00%	1.368
H	55	7.571	1.720	6.452	15.798	100,00%	15.798
Total	31.049	451.275	140.153	719.726	1.342.203		75.788

2016

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	3.306	15.465	32.085	221.473	272.329	0,00%	-
A	3.122	79.219	31.711	322.648	436.700	0,50%	2.184
B	2.451	63.566	34.319	179.458	279.794	1,00%	2.798
C	1.569	141.072	11.027	39.995	193.663	3,00%	5.810
D	741	113.535	19.362	23.727	157.365	10,00%	15.736
E	134	49.136	5.995	5.667	60.932	30,00%	18.280
F	-	-	466	2.534	3.000	50,00%	1.500
G	-	483	929	803	2.215	70,00%	1.551
H	103	655	907	5.776	7.441	100,00%	7.441
Total	11.426	463.131	136.801	802.081	1.413.439		55.300

b. Composição da carteira de crédito por vencimento:

2017

Parcelas em curso normal:

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	164.942	366.420	7.036	538.398
De 91 até 360 dias	360.898	33.886	-	394.784
Acima de 360 dias	397.566	-	-	397.566
Subtotal	923.406	400.306	7.036	1.330.748
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	8.628	-	-	8.628
De 180 a 360 dias	2.827	-	-	2.827
Subtotal	11.455	-	-	11.455
Total	934.861	400.306	7.036	1.342.203

2016

Parcelas em curso normal:

	CDC	F.PLAN	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	150.746	379.397	530.143
De 91 até 360 dias	406.070	27.438	433.508
Acima de 360 dias	445.350	-	445.350
Subtotal	1.002.166	406.835	1.409.001
Parcelas vencidas:			
De 15 a 180 dias	3.679	-	3.679
De 180 a 360 dias	759	-	759
Subtotal	4.438	-	4.438
Total	1.006.604	406.835	1.413.439

c. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	28.177	36.119	2.116	66.412
Constituições	7.374	14.896	6	22.276
Reversões	-	(6.223)	(11)	(6.234)
Baixas	(6.666)	-	-	(6.666)
Saldo em 30/06/2017	28.885	44.792	2.111	75.788
Saldo em 31/12/2015	18.511	17.521	4.039	40.071
Constituições	10.017	16.252	2.433	28.702
Reversões	-	(4.180)	(6.472)	(10.653)
Baixas	(2.820)	-	-	(2.820)
Saldo em 30/06/2016	25.708	29.593	-	55.300
	2017	2016		
Baixas para prejuízo	(6.666)	(2.820)		
Renegociações CDC	22.105	5.803		
Recuperações	1.464	493		

d. Concentração dos maiores devedores:

	2017		2016	
10 maiores clientes	187.384	13,96%	192.535	13,62%
50 seguintes maiores clientes	227.281	16,93%	216.466	15,31%
100 seguintes maiores clientes	46.299	3,45%	42.742	3,02%
Demais clientes	881.239	65,66%	961.696	68,04%
TOTAL	1.342.203	100,00%	1.413.439	100,00%

e. Resultado de operações de crédito:

	2017	2016
Rendas com operações de "CDC"	94.004	98.538
Rendas com operações de "Floorplan"	38.110	36.809
Recuperações de créditos	1.464	493
Rendas com empréstimos	691	-
TOTAL	134.269	135.840

8 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

2017							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	-	90	90	44	224	0,00%	-
A	-	87	132	469	688	0,50%	3
B	-	63	95	199	357	1,00%	4
C	-	61	160	-	221	3,00%	7
D	-	479	555	138	1.172	10,00%	117
E	64	406	80	-	550	30,00%	165
Total	64	1.186	1.112	850	3.212		296

2016							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	-	125	355	379	859	0,00%	-
A	-	141	292	257	690	0,50%	3
B	62	181	318	107	668	1,00%	7
D	-	873	499	272	1.644	10,00%	164
E	427	169	-	-	596	30,00%	179
F	-	-	44	-	44	50,00%	22
H	-	-	-	19	19	100,00%	19
Total	489	1.489	1.508	1.034	4.520		394

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	2017	2016
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	579	707
De 91 até 360 dias	1.294	1.795
Acima de 360 dias	1.339	1.953
Subtotal	3.212	4.455
Parcelas vencidas:		
De 15 a 180 dias	-	56
De 180 a 360 dias	-	9
Subtotal	-	65
Total	3.212	4.520

c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2016	418
Constituições	68
Reversões	(146)
Baixas	(44)
Saldo em 30/06/2016	296
Saldo em 30/12/2015	375
Constituições	93
Reversões	(74)
Baixas	-
Saldo em 30/06/2016	394

	2017	2016
Baixas para prejuízo	(44)	-
Recuperações	-	22

d. Concentração dos maiores devedores:

	2017		2016	
10 maiores clientes	2.061	64,17%	3.009	60,86%
50 seguintes maiores clientes	1.151	35,83%	1.511	39,14%
TOTAL	3.212	100,00%	4.520	100,00%

e. Receitas de operações de arrendamento mercantil:

	2017	2016
Rendas com contraprestações	2.130	7.853
Lucro na alienação de bens arrendados	-	4
Superveniência/(-) Insuficiência de depreciação	(461)	(5.696)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	22
TOTAL	1.669	2.183

9 Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o 1º semestre de 2017, no valor de R\$ 460 (R\$ 5.696 em 30 de junho de 2016), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 4.151 (R\$ 5.846 em 30 de junho de 2016) e gerou, no 1º semestre de 2017, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 115 (R\$ 1.424 em 30 de junho de 2016). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2017	2016
Máquinas e equipamentos	1.103	2.104
Veículos e afins	7.918	9.423
Superveniência de depreciação	4.151	5.846
Subtotal	13.172	17.373
Perdas em arrendamento a amortizar	-	1
Depreciações e amortizações acumuladas	(4.051)	(5.553)
Total	9.121	11.821

10 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por desembolsos referentes aos pagamentos de comissões às concessionárias e que são diferidas (originadas até 31 de dezembro de 2014) de acordo com as características dos contratos relacionados a tais pagamentos.

Os valores são apropriados, considerando os contratos individualmente, taxas, prazos e liquidações antecipadas.

Em atendimento à Resolução CMN no 3.954/11 e alterações posteriores, a partir de 01 de janeiro de 2015, as parcelas de remuneração referentes à originação de operações de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes no País passaram a ser reconhecidas como despesa na data da contratação.

As instituições do Conglomerado Prudencial não optaram pelos termos de reconhecimento das despesas descritos na Circular BACEN no 3.693/13.

11 Depósitos

a. Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, com vencimento até abril/2018, a taxas pré-fixadas que variam entre 9,61% a 16,65% ao ano.

b. A prazo

Referem-se às captações de recursos com concessionárias e BMW do Brasil Ltda., com vencimento até março/2018, a taxas pós-fixadas que variam entre 101% e 103% do CDI.

c. Composição da carteira de depósitos:

Depósitos Interfinanceiros:

	2017	2016
Vencimentos até 90 dias	223.671	330.844
De 91 até 360 dias	195.423	-
Acima de 360 dias	-	225.425
Total	419.094	556.269

Depósitos a Prazo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vencimentos até 90 dias	30.459	10.775
De 91 até 360 dias	10.065	6.696
Acima de 360 dias	-	-
Total	<u>40.524</u>	<u>17.471</u>
Total geral	<u>459.618</u>	<u>573.740</u>

d. Despesas com captação no mercado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas de depósitos interfinanceiros	(35.407)	(36.308)
Despesas de depósitos a prazo	(3.409)	(3.299)
Total	<u>(38.816)</u>	<u>(39.607)</u>

12 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes de sua matriz na Holanda – BMW Holding B.V. e BMW España Finance, com último vencimento em junho/2019, em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 0,18% a 1,11% ao ano.

2017

<u>Captação Moeda Estrangeira</u>					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	518.008	(549.083)	(535.738)	13.345

2016

<u>Captação Moeda Estrangeira</u>					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	467.681	(457.750)	(440.675)	17.075

13 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato.

Para os valores recebidos até 31 de dezembro de 2014, o diferimento e apropriação são feitos levando-se em consideração prazo e taxa média das operações.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A.: 148.636.517
- b) BMW Leasing do Brasil S.A.: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda: 41.017.952

BMW Financeira S.A e BMW Leasing do Brasil S.A:

Em 25 de abril de 2017 foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que tratou de (a) aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e a destinação do lucro relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (b) consignar que não será distribuído dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social; bem como realizar alterações de formatação e digitação em alguns artigos do Estatuto Social.

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 02 de maio de 2017. Após esta data, o Banco Central do Brasil solicitou alguns esclarecimentos, os quais foram respondidos em 05 de julho de 2017. No presente momento, aguarda-se homologação perante este órgão.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

c. Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

d. Reservas especiais de lucros

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

e. Participação de não controladores

Refere-se às participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas.

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 6 de outubro de 2015 ocorreu a conversão da MP em Lei através da publicação da Lei 13.169.

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado prudencial Acumulado 2017		Conglomerado prudencial Acumulado 2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-	-	(5.046)	(5.046)
Adições/(-) Exclusões permanentes:	2.146	2.146	3.190	3.190
Adições/(-) Exclusões temporárias:				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.298	9.298	15.249	15.249
Superveniência de depreciação	461	-	5.696	-
Provisões operacionais	679	679	(1.615)	(1.615)
Prejuízos em operações de crédito	5.138	5.138	2.820	2.820
Marcação a mercado - Swap	3.256	3.256	12.615	12.615
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.193	1.193	964	964
Resultado de exercício futuros	-	-	(3.971)	(3.971)
Base de cálculo	22.171	21.710	29.902	24.206
Compensação de prejuízo fiscal	(841)	-	(2.449)	-
Base de cálculo	21.330	21.710	27.453	24.206
Aliquota (IR 15%)	(3.200)	-	(4.119)	-
Adicional (IR 10%)	(2.113)	-	(2.721)	-
Aliquota (CS 20%)	-	(7.913)	-	(4.842)
Provisão para IR diferido	(19)	(15)	1.424	-
Benefício PAT/Exercícios anteriores	67	-	-	(5)
Ativo fiscal diferido	5.025	3.929	6.425	5.140
Efeito do IR e CS no resultado	(240)	(3.999)	1.009	293

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2016	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.683	8.838	(2.342)	41.179
Outras (contingências e provisões operacionais)	3.848	6.837	(4.528)	6.157
Total	38.531	15.675	(6.870)	47.336

	Saldo em 31/12/2015	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2016
Resultado de exercícios futuros	2.209	1	(1.786)	424
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19.299	8.193	(192)	27.300
Outras (contingências e provisões operacionais)	2.957	936	(1.267)	2.626
Total	24.465	9.131	(3.245)	30.350

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2016	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2017
MTM Swap	-	-	-	-
Superveniência de depreciação	(1.153)	(132)	247	(1.038)
Total	(1.153)	(132)	247	(1.038)

	Saldo em 31/12/2015	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2016
MTM Swap	(6.452)	(194)	5.871	(775)
Superveniência de depreciação	(2.886)	(176)	1.600	(1.462)
Total	(9.338)	(370)	7.471	(2.237)

A Administração referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. e BMW Leasing do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 39.287 (R\$ 26.688 em 30 de junho de 2016). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 46.298 (R\$ 32.588 em 30 de junho de 2016).

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Crédito Tributário		Passivo Diferido	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	26.368	23.905	(189)	(171)
Em 2018	8.410	7.037	(304)	(255)
Em 2019	5.063	3.923	(95)	(73)
Em 2020	4.441	3.190	(20)	(14)
Em 2021	2.603	1.733	(7)	(5)
Em 2022	28	17	-	-
Total	46.913	39.805	(615)	(518)

16 Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são registradas com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na finalização dos processos.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação

judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

a. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados da seguinte forma:

	2017	2016
	Consolidado	Consolidado
Interposição de recursos trabalhistas	83	66
Interposição de recursos fiscais	379	352
Outros	52	236
Total	514	655

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais referentes à revisão contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c. Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Em 04 de março de 2013, foi publicado Acórdão no recurso especial nº 1.060.210 do STJ, que discute o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato). Por unanimidade de votos, o STJ entendeu que o ISS nas operações de leasing incide no local da sede da empresa.

Em continuidade, apesar do Recurso Extraordinário interposto pelo Município ter sido admitido, em razão da ausência de efeito suspensivo, a decisão permanece vigente.

Esta decisão vincula as instâncias inferiores do Poder Judiciário, motivo pelo qual Execuções Fiscais que versem sobre recolhimento de ISS em outros Municípios possuem, a partir desta data, probabilidade de perda remota.

Desta forma, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionados na data de 30 de junho de 2017.

A BMW Financeira S.A. - CFI possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas de cobrança de IPVA.

d. Contingências passivas e obrigações legais:

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2016	(493)	(366)	(1.333)	(2.192)
(-) Constituições	(121)	(13)	(1.497)	(1.631)
Reversões	236	-	173	409
Saldo em 30/06/2017	(378)	(379)	(2.657)	(3.414)
<hr/>				
Saldo em 31/12/2015	(2)	(345)	(440)	(787)
(-) Constituições	(169)	(15)	(931)	(1.115)
Reversões	-	-	69	69
Saldo em 30/06/2016	(171)	(360)	(1.302)	(1.833)

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

e. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	2017		2016	
	Causas possíveis		Causas possíveis	
	Quantidade de processos	Montante R\$	Quantidade de processos	Montante R\$
Cíveis	35	2.676	20	1.909
Trabalhistas	6	2.924	4	1.073
Fiscais	3	71	3	74
Total	44	5.671	27	3.057

17 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2017 e 2016 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2017 - Acumulado		2016 - Acumulado	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Coligada - BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	411	-	1.400	-
Equalizações a receber	9.360	-	8.260	-
Depósitos a prazo	(40.524)	(3.359)	(16.919)	(2.797)
Outras obrigações – diversas	(240)	(1.364)	(99)	(1.754)
Commercial Finance a desembolsar	(6.256)	-	(21.157)	-
Controladoras - BMW Holding B.V e BMW España Finance				
Empréstimo em moeda estrangeira	(535.738)	(51.622)	(440.675)	72.644

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Em Assembleia Geral dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Diretores membros da Diretoria Executiva.

Salários e honorários da Administração	2017	2016
Remuneração da administração	3.196	2.451

A BMW Financeira não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

18 Outras informações

a. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de risco:

O Departamento de Riscos da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e liquidez, bem como gestão de capital. A Instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, sendo as diretrizes e

os limites definidos pela sua Alta Administração, em conjunto com as normas do Grupo BMW, vide descrição no site da Instituição disponível na internet.

b. Risco de crédito

Em cumprimento aos requerimentos de Basiléia, bem como disposições da Resolução nº 3.721/09 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Crédito das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito com o apoio de sua área de negócios, responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito, bem como seu monitoramento.

Além disso, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c. Risco operacional

A empresa mantém política corporativa, específica, de acordo com os requerimentos de Basiléia, bem como com a Resolução nº 3.380/06 e suas alterações. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional visa monitorar e mitigar os riscos da empresa.

O comitê de risco tem como principais responsabilidades sugerir limites de tolerância da organização quanto à exposição ao risco, assim como implementar as estratégias, plano de ação e políticas aprovadas pelos membros executivos do Comitê Interno e legislações vigentes. Vale ressaltar que o comitê de risco da BMW Serviços Financeiros é composto pelos seguintes membros:

- Diretor Presidente ou seu substituto;
- CFO (Chief Financial Officer) ou seu substituto;
- CRO (Chief Risk Officer) ou seu substituto;
- CSO (Chief Sales Officer) ou seu substituto;
- COO (Chief Operating Officer) ou seu substituto;
- Gerente Senior de Riscos ou seu substituto.

d. Risco de mercado e liquidez

A BMW Serviços Financeiros considera que um controle de risco de mercado rigoroso é um fator estratégico de bom desempenho, implementando as políticas de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, consoante às Resoluções nº 3.464/07 e 4.090/12 e suas alterações.

Os limites de liquidez e de risco de mercado são definidos pela matriz da empresa e apresentados mensalmente no Comitê de Risco, prevalecendo sempre o limite mais conservador. A política é revisada internamente, a qualquer momento e sempre que se fizer necessária, para incorporar mudanças estruturais no mercado e novos avanços na gestão de risco ou em mudanças regulamentares referentes ao assunto em questão.

e. Patrimônio líquido exigido

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.099/99, e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada conforme as Resoluções CMN nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 30 de junho de 2017 é de 19,93% (18,74% em 30 de junho de 2016).

f. Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução CMN nº 3.988/11, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A- CFI e BMW Leasing do Brasil S.A Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizados sistemas eletrônicos da matriz que garantem o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados destas estratégias e monitoramentos são apresentados nos Comitês de Risco.

g. Composição do valor presente dos contratos de arrendamento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Arrendamentos a receber, líquidos das rendas a apropriar	8	12
Imobilizado de arrendamento	9.121	11.821
Credores por antecipação de valor residual	(5.893)	(7.277)
Antecipações de contraprestação	(24)	(36)
Valor presente dos contratos de arrendamento	<u>3.212</u>	<u>4.520</u>

h. Outros créditos – diversos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos tributários	47.336	30.350
Impostos a compensar	2.906	2.445
Devedores por depósitos em garantia	514	655
Taxas de equalizações	9.360	8.260
IOF a receber	475	526
Valores a receber - ligadas	411	1.400
Valores a receber - expatriados	2	166
Créditos – disponibilização bancária	13.563	-
Diversas	720	715
Total	<u>75.287</u>	<u>44.517</u>
Circulante	35.843	35.674
Longo Prazo	39.444	8.843
Total	<u>75.287</u>	<u>44.517</u>

i. Outras obrigações – diversas:

	2017	2016
Contratos a desembolsar	4.833	21.157
Passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas	3.414	1.481
Provisões para pagamentos a efetuar	7.623	5.830
Valores a pagar - expatriados	424	1.293
Diversas	1.117	1.120
Total	17.411	30.881
Circulante	14.421	30.502
Longo Prazo	2.990	379
Total	17.411	30.881

j. Despesas tributárias:

	2017	2016
COFINS	(1.334)	(2.669)
ISS	(145)	(195)
PIS	(217)	(434)
IOF	(1.995)	(2.493)
Tributos importação	(566)	(523)
Outros tributos	(20)	(23)
Total	(4.277)	(6.337)

k. Outras despesas administrativas:

	2017	2016
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.763)	(3.248)
Despesas de serviços de terceiros	(1.723)	(1.903)
Despesas de processamento de dados	(2.315)	(1.567)
Despesas de promoções e relações públicas	(1.339)	(1.363)
Despesas de aluguéis	(499)	(1.551)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(206)	(283)
Despesas de comunicações	(247)	(317)
Despesas de viagem	(481)	(260)
Despesas de publicações	(94)	(102)
Despesas com cobrança	(850)	(17)
Outras despesas administrativas	(504)	(1.209)
Total	(10.021)	(11.820)

l. Outras despesas operacionais:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com comissões e premiações	(6.739)	(7.176)
Despesas com provisões operacionais	(2.258)	-
Despesas com liquidações antecipadas	(2.919)	(7.871)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	-	(2.739)
Despesas com acordos operacionais	(743)	-
Outras despesas operacionais	(620)	(521)
Total	<u>(13.279)</u>	<u>(18.307)</u>

m. Rendas por prestação de serviços e tarifas bancárias:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com taxa de cadastro	2.611	3.151
Receita de prestação de serviços diferenciados	58	80
Receita de outros serviços	-	138
Total	<u>2.669</u>	<u>3.369</u>

n. Outras receitas operacionais:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com acordos operacionais	52	-
Atualização monetária - imposto a compensar	29	-
Reversão de provisões operacionais	2.049	16
Outras receitas operacionais	826	1.119
Total	<u>2.875</u>	<u>1.135</u>

*

DIRETORIA

Eduardo Tavares Nobre Varella – Diretor Presidente

Mario Andreas Janssen – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8